RUA C - ESQUINA COM RUA F - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA 78050-970 - CUIABÁ - MATO GROSSO

## PORTARIA N° 1.626 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Outorga para ÁGUAS DE CAMPO VERDE S.A., o direito de uso dos recursos hídricos para diluição de efluentes no rio das Mortes, para esgotamento sanitário.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), no uso das atribuições legais que lhe confere o Parágrafo único do Art. 118, do Decreto Nº 1.599, de 06 de agosto de 2025, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 620, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 29 de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico N° 5740/2025, de 05 de novembro de 2025, do processo Nº 1250/2025.

## **RESOLVE:**

**Art. 1º** Outorgar para ÁGUAS DE CAMPO VERDE S.A., CNPJ: 04.830.575/0001-92, doravante denominado Outorgado, o direito de uso dos Recursos Hídricos para diluição de efluentes no Rio das Mortes, na bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso - UPG TA-4 - Alto Rio das Mortes, para Esgotamento Sanitário, no município de CAMPO VERDE/MT, com as seguintes características:

- I Lançamento de efluentes/ Diluição: às coordenadas geográficas Lat.15°32'04,68" S e Long.55°13'26,84" W; vazão máxima de lançamento de 324m³/h (0,09m³/s ou 90L/s); Concentração máxima de <u>DBO de 110 mg/L</u>, <u>Vazão de Diluição de 2,3625 m³/s</u>; Com lançamento contínuo, <u>24 horas por dia, todos os dias do ano.</u>
- II O Outorgado deverá instalar medidor de vazão para monitoramento contínuo do lançamento de efluentes na saída do sistema de tratamento. O equipamento deverá estar instalado para o funcionamento da ETE;
- III O Outorgado deverá realizar mensalmente, no mínimo, o monitoramento da qualidade da água a montante e a jusante do ponto de lançamento, o monitoramento da qualidade da água do efluente bruto e do efluente final, para os parâmetros: pH, Temperatura da Água e ar, DBO<sub>5,20°C</sub>. As análises deverão ser realizadas por laboratório terceirizado e com cadastro no órgão ambiental. Poderão ser solicitados os relatórios completos do monitoramento do STE, apresentado junto ao licenciamento ambiental.
- IV. Os Relatórios listados nos incisos II e III deverão ser encaminhados para a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos anualmente, na vigência desta Portaria. A carência para envio de relatórios é de até 30 dias após a contagem de cada ano, e...
  - V O ano para efeito de envio de relatórios será contado a partir da data de publicação desta Portaria.
- Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 05 de outubro de 2033, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:
  - I descumprimento das condições estabelecidas no art. 1° desta Portaria;
  - II conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
  - III incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;
  - IV indeferimento ou cassação de licença ambiental.

**Parágrafo único.** Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

- **Art. 3º** Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:
- I quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.
- **Art. 4º** O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

**Art. 5º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Art.** 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

**Art. 7º** O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

**Art. 8º** O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

**Art. 9º** Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 44 de 26 de janeiro de 2017, publicada no DOE de 27/01/2017.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 10 de novembro de 2025.

REGISTRADA,

PUBLICADA,

**CUMPRA-SE.** 

## LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

## GSALARH/SEMA-MT

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 13/11/2025 as 16:02:07.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site **https://portal.sema.mt.gov.br/#/verificar-documento** informando o código verificador **SDI5W1F86** e o código CRC **6FA3F5B7**.